

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,  
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de  
4 de março.

Código do Procedimento Administrativo.

Código Penal.

## AVISO

### Encerramento por iniciativa da entidade responsável pelo estabelecimento de apoio social sem denominação

Após ação de inspeção realizada pelo Serviço de Fiscalização do Centro em 2017/07/25, a entidade responsável procedeu ao encerramento voluntário do estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exercia a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funcionava sob a propriedade de Maria Teresa Garrucho Gomes Neves;
- estava instalado em Avenida José Gregório, n.º 168, 2.º eq., 2430-275 Marinha Grande.

*artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março*

#### Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, tinha manifestado, na Deliberação de 31/08/2017, a intenção de ordenar o encerramento do estabelecimento acima indicado, que estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

#### A atividade do estabelecimento cessou voluntariamente

Tendo recebido provas inequívocas da cessação da atividade do estabelecimento, o Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, deliberou extinguir o procedimento de encerramento, por inutilidade superveniente.

*artigo 95.º do Código do  
Procedimento  
Administrativo*

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelos crimes de falsas declarações e

*artigos 360.º e 348.º,  
alínea b), do Código Penal*

de desobediência.

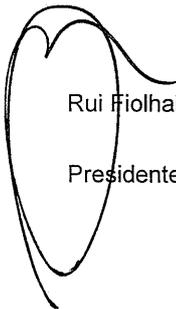
A extinção do procedimento de encerramento não significa que não possa haver lugar a outros procedimentos destinados a aplicar sanções previstas na lei.

**Este aviso deve estar afixado durante 30 dias**

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal*

Lisboa, 28 de setembro de 2017



Rui Fiolhais  
Presidente